

Sumário

O Controle Social do Processo Eleitoral: Linhas Introdutórias	1
Capítulo 1 – Sistemas de Controle e de Fiscalização das Eleições	15
1.1. Algumas Delimitações Preliminares	15
1.2. Sistemas Parlamentares	28
1.3. Sistemas Jurisdicionais	38
1.4. Outros Sistemas	49
Capítulo 2 – O Direito de Ação nos Sistemas Jurisdicionais de Controle das Eleições	51
2.1. Panorama dos Ordenamentos em Foco	53
2.1.1. O modelo brasileiro de jurisdição especializada.	53
2.1.1.1. Meios de impugnação	53
2.1.1.2. Legitimados ativos	66
2.1.1.3. Quadro geral de competências	69
2.1.2. O modelo português de jurisdição constitucional	71
2.1.2.1. Meios de impugnação	71
2.1.2.2. Legitimados ativos	79
2.1.2.3. Quadro geral de competências	81
2.1.3. O modelo francês de dupla jurisdição	84
2.1.3.1. Meios de impugnação	84
2.1.3.2. Legitimados ativos	94
2.1.3.3. Quadro geral de competências	100
2.2. Algumas Observações Comparativas.....	103
2.2.1. Tendência ao jurisprudencialismo	104
2.2.2. Formalismo reduzido	108
2.2.3. Preocupação com a celeridade	109



2.2.4. Prevalência do princípio da sinceridade do escrutínio	111
2.2.5. Quadro de competência fruto da efetualidade histórica.....	114
2.2.6. Compreensão “privatista” do interesse de agir .	116

Capítulo 3 – A Ampla Esfera Pública e Participativa de Controle Eleitoral: A Legitimidade Ativa das Associações Civas	121
3.1. O “vazio discursivo” na teoria do contencioso e a incoerência da noção “privatista” do interesse de agir em matéria eleitoral	122
3.2. A “Tutela Coletiva” e o Aprofundamento da Democracia-Constitucional.....	130
3.2.1. Aumento dos índices de eficácia do controle ..	132
3.2.2. Máxima legitimidade e mínima falsificabilidade dos mandatos eletivos	133
3.2.3. Estímulo à participação por via alternativa	135
3.2.4. Interação produtiva entre os princípios representativo e participativo	136
3.3. A Fragilidade dos Argumentos Contrários	137
3.3.1. A tese do excesso	138
3.3.1.1. Resquícios de uma tradição de suspeição	139
3.3.1.2. A filtragem processual.....	143
3.3.2. A tese da suficiência.....	147
3.3.2.1. Fraude eleitoral: corriqueiro objeto do desejo.....	147
3.3.2.2. O condicionamento das pretensões fiscalizatórias.....	151
Considerações Finais.....	161
Referências Bibliográficas	167